

## ENTREVISTA

## HERBERT CARNEIRO

## “JUSTIÇA RASTEJA SEM RECURSOS”

➤ Em Minas são 1.020 juízes e desembargadores na ativa atendendo a 296 comarcas, das quais 60 não têm magistrado

Iêva Tatiana  
iribeiro@hojeemdia.com.br

Com quase 4 milhões de processos acumulados na Justiça, pouco mais de mil juízes atuando e muita morosidade, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) estima que até 2018 a situação seja amenizada com a virtualização dos processos, de acordo com prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para todos os estados.

Em Minas, a modernização do sistema ainda rasteja por falta de recursos financeiros, de acordo com o presidente da Amagis, Herbert Carneiro. Além da deficiência na comunicação, feita por meio de ofícios en-

tre as esferas judiciais, outros projetos não saíram do papel, a exemplo da segurança nos fóruns.

Em entrevista ao **Hoje em Dia**, Carneiro destacou os principais percalços do Poder Judiciário mineiro, que culminam na ineficiência do sistema e na polêmica em torno da Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ).

**Qual a situação da Justiça mineira, atualmente?**

Somos 1.020 juízes e desembargadores na ativa, atuando em 296 comarcas em todo o Estado, das quais cerca de 60 não têm um juiz. Recentemente, foi realizado um concurso que aprovou 108 candidatos, mas vários deixaram o Judiciário.

Do total, nós temos, hoje, 93 em atividade.

**Hoje, a carga processual é muito grande. Existe alguma forma de reduzir essa demanda?**

Hoje, o cidadão acha mais fácil procurar o Judiciário do que o Procon para resolver uma situação de relação de consumo, por exemplo. Além disso, Estados e municípios respondem por 50% dos 92 milhões de processos do Brasil, e são processos que poderiam ser resolvidos sem precisar acionar a Justiça. Então, é preciso, primeiramente, racionalizar esse contingente de processos. Outras alternativas interessantes, mas que não temos o hábito de usar, são a conciliação, a mediação e a arbi-



DESEMBARGADOR – Presidente da Amagis, Herbert Carneiro fala sobre os problemas e a situação da Justiça em Minas

tragem. Ou começamos a investir mais nessas opções ou teremos um Judiciário cada vez mais inchado e moroso.

**O processo eletrônico seria uma maneira de agilizar os processos? Em Minas, como está a implantação desse serviço?**

Diria que ainda está iniciando. Tínhamos feito a opção de eletronicar primeiro os juizados especiais, mas o CNJ, recentemente, traçou como prioritária a eletronicização das varas criminais, a fim de facilitar a interlocução entre Executivo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. O Tribunal de Justiça mineiro, com dificuldades orçamentárias, está fazendo um esforço enorme para cumprir as metas estabelecidas pelo CNJ, que estipulou o prazo de 2014 a 2018. Nossa expectativa é a de que até o limite todas as comarcas estejam informatizadas.

**De que trata a LODJ e qual a posição da Amagis com relação a ela?**

É a lei orgânica da magistratura estadual. A cada dois anos ela passa por uma revisão prevista pela Constituição Federal. Neste ano, tivemos um projeto revisional aprovado no âmbito do Tribunal que diz respeito não só aos di-

reitos dos juízes, mas à estruturação do Judiciário no Estado. Esse projeto foi amplamente discutido e agora caminha para a Assembleia Legislativa. Não criamos nada que não fosse previsto por outros tribunais nem que não pudesse ser pago com o orçamento do TJMG.

**“Hoje, a qualidade do sistema de segurança dos fóruns de Minas Gerais é lastimável, de total ineficiência”, diz o presidente da Amagis**

Disseram que estamos ganhando auxílio-livro, mas não é isso. Aprovamos e incluímos na LODJ um auxílio jurídico para o aprimoramento da prestação jurisdicional. Se o juiz tiver que consultar um livro, ele precisa comprar com recursos próprios. Então, incluímos o repasse de recursos para esse fim, mas teremos que prestar conta dele, apresentar nota fiscal, e quando sairmos da comarca, não levaremos o material.

**O aumento da segurança nos fóruns é uma reivindicação dos magistrados. Essa questão também está prevista no**

**projeto de revisão da LODJ?**

Em linhas gerais, sim. A questão é tratada em uma disposição que diz, de maneira clara, que o Tribunal desenvolverá uma política voltada para a segurança dos fóruns. Se aprovado, o TJMG terá que partir para um planejamento. São 296 comarcas no Estado e temos fóruns que não têm segurança nenhuma, não têm câmeras, guardas nem scanner de controle de entrada. Em alguns, os prédios ficam desguarnecidos de qualquer tipo de vigilância aos finais de semana.

**O Fundo Judiciário, criado neste ano pelo governo do Estado, também será um instrumento importante para obtenção de recursos voltados para a segurança? Ele já está funcionando?**

Sim, porque o Tribunal de Minas vai poder utilizar recursos, administrados por ele próprio, para construção, ampliação e reforma de prédios e para infraestrutura de funcionamento da Justiça. Isso será muito importante para a gente, porque, hoje, a qualidade do sistema de segurança dos fóruns de Minas é lastimável, de total ineficiência. O Fundo já está valendo desde a aprovação da lei 20.802, de 26 de julho deste ano, que o institui no Estado. ●

## EMPRESA CONTRATA

## Operador de Telemarketing Ativo

## Empresa oferece:

- salário fixo + comissão + premiação
- Vale-transporte
- Vale-refeição
- Assistência médica da Unimed
- Convênio com o Clube da ACM

## Carga horária:

- Segunda a Sexta: 14h10 às 20h30
- Sábado: 8h às 14h20

Interessados deverão enviar o currículo para:

vsantos@hojeemdia.com.br

Aceitamos candidatos PCD.

Rua Padre Rolim, 652 - Santa Efigênia.

**HOJE**  
EM DIA

Onde Minas encontra o mundo.